

Carta de Manaus: Recomendações para o Monitoramento Participativo da Biodiversidade

Preâmbulo

Considerando que, em todas partes do mundo, povos tradicionais, povos indígenas e outras populações locais que dependem diretamente de recursos naturais para sua subsistência e economia já monitoram a biodiversidade e os recursos naturais nas suas terras, seja de forma independente ou em colaboração com governo, academia, e a sociedade civil organizada ('monitoramento participativo'); e

Considerando que muitas áreas protegidas são habitadas e foram estabelecidas para garantir os modos de vida e a sustentação das populações locais, tradicionais e indígenas; e

Considerando os impactos das pressões da população crescente e das mudanças climáticas, torna-se cada vez mais urgente o monitoramento e o manejo dos recursos nestas áreas; e

Considerando que existe uma ampla variedade de objetivos, alvos, escalas e arranjos entre as iniciativas de monitoramento participativo que influenciarão os métodos e a estrutura de governança adotada; e

Considerando que o monitoramento participativo é capaz de fornecer informações acuradas em escalas locais e regionais adotando métodos científicos e conhecimento local e tradicional; e

Considerando que estas informações vêm sendo usadas como base para decisões bem sucedidas de manejo, implementadas tanto por populações locais, suas organizações ou ONGs e/ou agências governamentais com que trabalham; e

Considerando que já é fato conhecido que a participação local no monitoramento resulta em aceleração da tomada de decisão com vistas ao manejo sustentável dos recursos, em comparação com dados obtidos exclusivamente no contexto acadêmico; e

Considerando que as tecnologias de sensoriamento remoto são importantes para monitorar mudanças no uso da terra mas não são capazes de detectar e monitorar o estado da biodiversidade, o comportamento humano e as decisões e práticas de uso dos recursos; e



Considerando que os temas segurança e soberania alimentar são de importância central para garantir o bem estar de populações rurais, tradicionais e indígenas; e

Considerando que as populações indígenas e locais têm o direito de manejar os recursos de que dependem seus modos de vida e sua cultura para as gerações atuais e futuras; e

Considerando que as limitações financeiras frequentemente impedem as agências governamentais de contratar e alocar equipe suficiente em regiões remotas para monitorar e manejar florestas e outros ecossistemas tanto dentro como fora das áreas protegidas; e

Considerando que governos locais e nacionais de diversos países em todos os continentes vêm, há muito tempo, apoiando o monitoramento participativo de áreas protegidas, e muitos outros consideram a implementação do monitoramento participativo na escalas maiores; e

Considerando que em áreas remotas do planeta as únicas pessoas que podem de fato contribuir com conhecimento transformador e abrangente em termos espaciais e temporais são os indígenas, populações tradicionais e outras populações locais que vivem e trabalham nestas áreas e conhecem sua história natural; e

Considerando que o monitoramento da biodiversidade e dos recursos naturais deve necessariamente ser um processo participativo envolvendo todos os segmentos da sociedade, perante a necessidade de garantir os direitos de uso dos recursos, acúmulo continuado de conhecimento e transparência nas decisões relacionadas à conservação e ao desenvolvimento; e

Considerando que uma das funções da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - IPBES é levar os diferentes sistemas de conhecimento, incluindo indígenas e locais, para a interface ciência-política; e

Considerando que países signatários da Convenção da Diversidade Biológica são obrigados a respeitar, preservar e manter o conhecimento de comunidades locais e indígenas enquanto promovem a ampliação de sua aplicação.

Portanto, um grupo de atores de 19 países envolvidos com o tema do monitoramento participativo para o manejo da biodiversidade e dos recursos naturais (incluindo representantes de comunidades tradicionais, locais e indígenas, da academia, da sociedade civil organizada, de equipes de implementação de programas de monitoramento, e de tomadores de decisão do governo) se reuniu em Manaus, Brasil, entre 22 a 26 de Setembro 2014, para discutir e compartilhar experiências com vistas a oportunidades, desafios, melhores práticas e lições aprendidas (veja Anexo 1). Todos com o objetivo comum de aprimorar a prática do monito-



ramento participativo e acelerar sua apropriação pelos governos, academia e sociedade civil para o emprego em diferentes momentos e contextos conforme apropriado.

Como um dos resultados deste seminário internacional, os participantes disponibilizaram, como síntese, as seguintes recomendações sobre melhores práticas no monitoramento participativo de base comunitária, entendendo que sua relevância para as iniciativas deverão variar de acordo com seus objetivos, suas peculiaridades e seu nível de atuação.

Desenho de iniciativas

- 1 O monitoramento participativo deve ser um processo construído a partir do nível local incorporando as visões e os saberes tanto locais quanto acadêmicos;
- 2 Os papéis, responsabilidades e arranjos institucionais devem ser cuidadosamente identificados através do diálogo com as comunidades antes do início da iniciativa, considerando, portanto, suas capacidades, necessidades e interesses;
- 3 Os alvos de monitoramento devem priorizar Recursos que apresentam valor relacionado à subsistência ou economia local, ou que são de alguma outra maneira significativos para as comunidades;
- 4 As metodologias e instrumentos do monitoramento devem ser facilmente utilizáveis e adequados para as práticas e culturas locais;
- 5 Os proponentes de iniciativas de monitoramento participativo devem avaliar possíveis benefícios e fatores negativos associados à iniciativa antes de sua implementação, tendo em mente a possibilidade dos benefícios não compensarem o investimento, e portanto, tornarem a implantação não desejada;
- 6 Sempre que possível, novas iniciativas devem ser construídas sobre iniciativas locais existentes, ao invés de substituí-las;
- 7 Os dados coletados devem contribuir com as decisões de uso dos recursos naturais, gestão territorial, políticas socioambientais em diferentes escalas ou outros objetivos que sejam coletivamente acordados;
- 8 As iniciativas devem prever a revisão periódica de metodologias, governança, estrutura e qualidade de dados e uso da informação para promover os ajustes necessários.

Participação comunitária nas iniciativas de monitoramento

- 9 Os membros de comunidades envolvidos no monitoramento devem ser selecionados pelas comunidades com apoio de organizações parceiras considerando sua responsabilidade, capacidade, compromisso e experiência;
- 10 O papel dos atores comunitários na tomada de decisões para o manejo territorial e o uso dos recursos naturais pode ser incrementado através da promoção do envolvimento comunitário em todos os aspectos das iniciativas de monitoramento e da realização de encontros comunitários regulares para disseminar, revisar e validar a informação produzida.

Arranjos institucionais e parcerias

- 11 A participação de diversos atores sociais é necessária para o sucesso das iniciativas de monitoramento participativo; parcerias e arranjos multi-institucionais devem ser formalizados antes do início dos trabalhos;
- 12 As iniciativas de monitoramento devem conciliar e balancear os interesses e motivações dos atores locais, regionais e globais envolvidos na iniciativa; a confiança mútua entre é fundamental para o sucesso do monitoramento participativo. Relações devem ser transparentes, a construção e o desenho das iniciativas de monitoramento devem considerar expectativas realistas das partes envolvidas, e ter objetivos claros contemplando os interesses dos diferentes atores.

Qualidade de dados e gestão da informação

- 13 A qualidade dos dados é fundamental para o monitoramento participativo atingir seus diversos objetivos; por isso é essencial estabelecer padronização na coleta de dados na escala necessária (entre monitores individuais, entre comunidades, e entre iniciativas quando o esforço é regional ou global);
- 14 A qualidade de dados pode ser assegurada através de diversos mecanismos, incluindo a formação continuada dos envolvidos na coleta de dados, o controle da qualidade dos dados realizado por pesquisadores e comunidades, o efetivo envolvimento comunitário nas diversas fases do monitoramento e o entendimento coletivo e o acompanhamento das informações pela comunidade. Adicionalmente, as lideranças comunitárias deveriam ser responsáveis pela verificação e aprovação sobre os dados;
- 15 Quando possível devem ser utilizados sistemas reconhecidos de análises estatísticas ou filtragem e limpeza de dados para evitar erros nas bases de dados e assegurar a qualidade de dados de forma objetiva e padronizada;



- 16 Os dados do monitoramento da biodiversidade devem ser armazenados de forma sistemática usando boas práticas da gestão de bancos de dados;
- 17 Os dados de monitoramento participativo devem estar sempre disponíveis para as comunidades locais;
- 18 O uso e aplicação dos dados do monitoramento devem ser utilizados respeitando suas características, limites e restrições;
- 19 Análises de dados relevantes para a gestão local devem ser realizadas o mais rápido possível, incorporando no processo os atores locais para acelerar o uso da informação na tomada de decisões locais;
- 20 Quando as iniciativas de monitoramento tratam de questões de escala regional ou global, elas devem assegurar o retorno das informações e resultados para as comunidades. Neste caso, ferramentas de comunicação que facilitem o acesso à informação e transferência de conhecimento devem estar disponíveis certificando que as informações sejam retornadas.

Apoio na formulação de políticas públicas

- 21 As políticas públicas relacionadas ao manejo de recursos naturais, educação e gestão territorial em diferentes escalas devem ser aprimoradas a partir das informações e resultados de iniciativas de monitoramento participativo.
- 22 Deve haver a retroalimentação entre as iniciativas de monitoramento participativo da biodiversidade e as políticas públicas: as iniciativas devem estimular e promover o uso das informações nas arenas técnicas e políticas de tomada de decisão, e os tomadores de decisão devem reconhecer e incorporar os processos relacionados ao monitoramento participativo.
- 23 Os tomadores de decisão não comunitários devem respeitar e utilizar a informação gerada pelas comunidades e a maneira que as comunidade usam a informação para a tomada de decisões.
- 24 As informações e perspectivas do monitoramento participativo devem ser difundido para outros segmentos da sociedade que não estão organizados em um sistema de governança comunitário, como por exemplo pequenos e grandes proprietários, setor privado, e agências envolvidas na avaliação de impacto ambiental, trazendo assim os benefícios de alcance, transparência e controle social para outros setores que impactam ou dependem do uso da biodiversidade e os recursos naturais.

- 25 O monitoramento participativo deve ser estimulado por e utilizado nas políticas e sistemas de serviços ambientais.

Reconhecimento do envolvimento

- 26 As entidades envolvidas no monitoramento participativo devem reconhecer a contribuição e a propriedade intelectual da comunidade na publicação dos materiais elaborados através de coautorias em trabalhos técnico-científicos resultante de seus esforços, quando do interesse da comunidade e quando apropriado para a publicação.
- 27 O tema da remuneração para o monitoramento participativo deve ser discutido amplamente; os agentes comunitários envolvidos no monitoramento devem ser formalmente recompensados de forma justa, monetária ou não, mas apropriada e concordada com a comunidade.
- 28 As instituições de pesquisa nacionais e internacionais devem reconhecer o valor atual e potencial da informação gerada por iniciativas bem desenhadas de monitoramento participativo e devem estabelecer e promover parcerias mais frequentemente.
- 29 As agências de fomento à conservação, pesquisa, inovação tecnológica e educação devem promover o apoio ao monitoramento participativo como mecanismo para aprimorar a conservação da biodiversidade e o empoderamento comunitário.

Fortalecimento organizacional e comunitário

- 30 Ao reconhecer que o monitoramento participativo é um meio para o fortalecimento comunitário, as iniciativas de monitoramento participativo devem promover a redução das desigualdades sociais locais, estimulando particularmente o envolvimento de mulheres, jovens e outros grupos marginalizados quando apropriado à cultura e sociedade local e desejado pelas comunidades.
- 31 Para assegurar a participação de base, as iniciativas de monitoramento participativo devem incentivar e apoiar o desenvolvimento e fortalecimento da organização comunitária e social das bases, assegurando sua coesão social e participação efetiva na iniciativa de monitoramento.
- 32 Os mecanismos participativos locais (conselhos, colegiados) devem ser fortalecidos para aprimorar sua função nas discussões de informações e tomada de decisão associadas aos resultados do monitoramento.



Capacitação

- 33 A capacitação para o envolvimento comunitário no monitoramento participativo deve estar presente em programas de educação formal. Esta formação deve tratar as diversas necessidades e atores sociais participantes, individual e coletivamente (incluindo a organização comunitária) no monitoramento e manejo, ressaltando a relação que o monitoramento tem com a gestão ambiental e territorial e com o processo de elaboração e controle social das políticas públicas.
- 34 Os processos formativos devem endereçar o aprimoramento do pensamento crítico para todos os atores envolvidos, sendo tão importante quanto o treinamento técnico para assegurar a qualidade da informação
- 35 Os temas socioambientais desenvolvidos dentro das iniciativas de monitoramento participativo devem ser inseridos como tema transversal nas escolas públicas locais;
- 36 Ao prever apoio às atividades de monitoramento, as ações que respondam as demandas comunitárias devem ser priorizadas, prevendo e considerando as necessidades de apoio contínuo para garantir a sustentabilidade das iniciativas no médio e longo prazo e permitir o manejo adaptativo;
- 37 O apoio financeiro deve considerar arranjos e mecanismos de suporte adequados às realidades locais das atividades do monitoramento participativo.

Sistematização, disponibilização e comunicação

- 38 Metodologias e materiais para o monitoramento participativo, incluindo guia de identificação de espécies, informações de sistemas de manejo e boas práticas de monitoramento e manejo devem ser disponibilizados amplamente;
- 39 Todos as etapas e resultados do monitoramento devem ser divulgados entre as comunidades, na imprensa, em encontros científicos e em redes sociais
- 40 O conhecimento local, tradicional e indígena produzido e usado no monitoramento participativo deve ser sistematizado e publicamente disponibilizado em consenso com os detentores do conhecimento.

Brasília, XX/XX/2015



Anexo 1

O Seminário Internacional de Monitoramento Participativo para o Manejo da Biodiversidade e dos Recursos Naturais reuniu mais que 220 pessoas da Alemanha, Austrália, Bolívia, Brasil, Colômbia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos da América, Filipinas, Groenlândia, Guatemala, Indonésia, Inglaterra, Madagascar, México, Peru, Suécia, Timor Leste, Venezuela, na cidade de Manaus, Brasil, entre 22 a 26 de Setembro 2014. Nestes dias buscamos discutir e compartilhar experiências com vistas a oportunidades, desafios, melhores práticas e lições aprendidas. Todos com o objetivo comum de aprimorar a prática do monitoramento participativo e acelerar sua apropriação pelos governos, academia e sociedade civil para o emprego em diferentes momentos e contextos conforme apropriado.

O encontro foi organizado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com suporte da Agência de implementação da cooperação alemã para o desenvolvimento (GIZ) por encargo do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB), Programa ARPA, Projeto Manguezais do Brasil, *the Gordon and Betty Moore Foundation*, *Wildlife Conservation Society* (WCS), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS-AM), Fundação Avina e *Nordisk Fond for Miljø og Udvikling* (NORDECO), com apoio do Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

No contexto desse Seminário, foi criada a Rede Internacional de Monitoramento e Manejo Participativo (PMMP, em sua sigla em inglês) que pretende promover o diálogo entre comunidades envolvidas no monitoramento e manejo dos recursos naturais para aprimorar as iniciativas.

Os participantes do Seminário listados abaixo colaboraram com a elaboração desta Carta:

Adriana Burbano- Adriana Leão- Adriana Rivera-Brusatin- Aguinaldo Batista Rodrigues- Agus Priambundi- Albertina Lima- Ana Luiza Figueiredo- Ana Rosa Saenz- Ana Tres Cruz- Anders Smidth- André Antunes- Andrei Cardozo- Angel Yaicate- Angelo de Oliveira Bezerra- Antonio Adevaldo Dias da Silva- Antonio Carlos da Silva- Antonio Francisco Batista- Aroldo Xavier- Beate Quilitzsch-Schuchmann- Benito Hesiquez- Bruce Rose- Camila Barra- Camila Helena da Silva- Camila Ortolan- Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza- Carlos Durigan - Carolina Bertsch- Carolina Comandulli- Caterina Cosmopolis- Celia Favacho- Claudia Simone da Luz Alves- Claudio Casara- Cristina Tofoli- Damian Rumiz- Daniel Castro- Daniel Gomes de Sousa- Daniela Américo Oliveira- Deise Damião- Denis Domingues- Denise Fajardo- Domingos*



Santarem- Eberhard Goll- Eduardo Borba- Elisa Herkenhoff- Emiliano Ramalho- Erika Bettiol- Evanildo Sena- Ezequias Pereira dos Santos- Fabiana Prado- Fabiano Silva- Fabio França Silva Araujo- Fabio Roque- Felipe Rossoni- Felix Mirasol- Fernando Cesar Ferreira de Souza- Finn Danielsen*- Francilene Gomes Pinheiro- Francinalda Rocha- Francisco da Rocha Neto- Francisco de Assis da Silva Moreira- Francisco de Souza- Francisco Leandro Santos- Francisco von Hildebrand- George Henrique Rebêlo- Gilberto Olavo da Costa Oliveira- Gilmar Nicolau Klein- Gina Dourado Rocha Leite- Gloria del Carmen Rojas Rios- Guillermo Estupinan*- Hannah Kuegler- Héctor Cabrera- Heinrich Terhorst- Helcio- Hendi Sumantri- Henrique Santiago- Herizo Andrianandrasana- Hernán Montero- Humberto Berlanga- Humberto Gomez- Ilnaiara Sousa- Ima Yudin Rajaningtygas- Ingrid Prem- Isaac Goldstein- Ismet Kharuddin- Israel Correa do Vale Junior- Ivanildo dos Santos- Jackeline Nobrega- Jacson Magalhães Valente- Jaime Gomes Nery Junior- Jan Kleine Buening*- Jeff Richey- Joanísio Mesquita- João Arnaldo Novaes- João Carlos- João Valsecchi- Jon Kaye- Jorge Ugaz- Jose Augusto Ferreira da Conceição- José Carlos Tavares Silva- José de Lima Kaxinawá- Jose Fragoso- Jose Frank Silva- Jose Luis Quispe- Jose Manoel Canto- Jose Roberto Medeiros- José Soares- Josenilde Ferreira Fonseca- Juliana de Fatima Soares de Araujo- Kamilla Amaral- Karin v. Loebenstein- Katia Barros- Katia Geraldo dos Santos- Katia Torres Ribeiro*- Kirsten Silvius*- Klaus Henle- Lais Fernandes- Leila de Sena Blos- Leonardo Kurihara- Luis Arevalo- Luis Felipe Duarte- Luis Piva- Luiz Gomes de Araujo- Luiza Magalli Pinto- Manoel Cunha- Mapidmoré Suruí- Marcelo Ferreira Costa- Marcelo Marcelino- Marcelo Moreira- Marcelo Raseira- Marcelo Rodrigues Kinouchi- Marciano Rodrigues- Marcio Rodrigues- Marcio Barragana- Marcio Uehara Prado- Marco Antonio- Maria do Carmo Gomes Pereira- Maria Francisca de Aquino do Carmo- Maria Paula Quiceno- Maria Reginalva- Maria Valeria Vasquez Sinti- Mariana Varese- Marina Campos- Marina Vieira- Marly Lucia de Souza- Maryann Fidel- Maximiliano Rodrigues- Michael Goulding- Michael Poulsen*- Miriam Factos- Nicolás Cartagena- Nilson Cardoso da Silva- Odanilson da Silva Nunes- Oscar Furtado- Oscar Loayza- Patricia Pinha- Patricia Pinho- Paul Van Damme- Paula Pinheiro- Paulina Arroyo*- Paulo Andrade- Paulo Henrique Bonavigo- Paulo Manoel dos Santos- Paulo Oliveira- Paviarak Jakobsen- Pedro de Araujo Lima Constantino*- Pedro Pizzigatti Correa- Poliana Lemos- Rachel Klaczko Acosta- Rafael Balestra- Rafael Fonseca- Raimundo Dima Lima- Ricardo Britez- Robert Miller- Rodney Kennett- Rodrigo Leal Moraes- Rodrigo Medeiros- Rodrigo Tawada- Rogerio Eliseu Egewarth- Ronaldo Pereira Costa- Ronilson Vasconcelos Barbosa- Roselis de Souza Mazurek- Rosi Batista da Silva- Roxana Salas Peredo- Rubi Castro dos Santos- Rubia Goreth Almeida Maduro- Sannie Brum- Sergio Borges- Sergio Ruiz- Sheyla da Silva Leão- Silmara Erthal- Sinea do Vale- Sinomar Junior- Soren Hvalkof*- Tathiana Chaves de Souza- Tatiana Cardoso- Thalma Grisi- Thiago Barros- Thiago Valente Vieira de Almeida- Tiago Juruá Damo Ranzi- Torsten Krause- Tri Meinartin- Trio Santoso- Uanderson Jacinto Camargo- Valeria Vasquez Sinto- Vasco Roosmalen- Vitoria Isaac- Waldemar Londres Vergara Filho- Walmir Mario Alves Lima Jr.- Wendy Townsend- Whaldener Endo- Wiliam Lucitante- Willian Magnuson- Zulfikhar.

*Integrantes do Comitê de Edição da Carta de Manaus



Manaus Letter: Recommendations for the Participatory Monitoring of Biodiversity

Preamble

Whereas local, indigenous and other traditional, natural resource dependent peoples throughout the world monitor biodiversity and natural resources on their lands, either independently or in collaboration with government, academia, and other civil society partners ('participatory monitoring'); and

Whereas many protected areas worldwide are inhabited or traditionally used by local and indigenous peoples and often have objectives related to securing the livelihoods of these stakeholders; and

Whereas the impacts of increasing population pressures and climate change, make it more urgent to monitor and manage resource use in these areas; and

Whereas there is a wide range of objectives, arrangements, scales and targets among participatory monitoring initiatives, which will influence their methods and governance structure; and

Whereas participatory monitoring is proven to be capable of providing accurate information at local and regional scales using both scientific, local and traditional knowledge methods; and

Whereas such information has been used as the basis for successful management decisions, implemented either by local people, their organizations or the NGOs and/or government agencies with which they work; and

Whereas it is known that participation by local people in monitoring can lead to effective decision making regarding sustainable resource management, relative to data collected solely in an academic context; and

Whereas remote sensing technologies are important for monitoring land use change but cannot detect and monitor biodiversity status, human behavior and resource use decisions and practices; and



Whereas issues of food security and food sovereignty are of paramount importance to ensure the well-being of rural, traditional and indigenous peoples, and

Whereas local and indigenous peoples have the right to manage the resources on which their livelihoods and cultures depend, for current and future generations; and

Whereas financial constraints often prevent government agencies from hiring and placing sufficient staff in remote regions to monitor and manage forests and other ecosystems both within and outside protected areas; and

Whereas local and national government in multiple countries on all continents have long supported participatory monitoring of biodiversity and natural resources in protected areas, and several more are currently considering the scaling-up of participatory monitoring; and

Whereas in more remote areas of the planet, the only people who can contribute to transformative ecological knowledge over large scales and long time frames are the indigenous, traditional and other local peoples who live and travel in these areas and often intimately know their natural history; and

Whereas in order to ensure resource use rights, continued accumulation of knowledge, and transparency in conservation and development decisions, biodiversity and resource use monitoring must be a participatory process involving all segments of society; and

Whereas one of the functions of the Intergovernmental Platform for Biodiversity and Ecosystem Services is to bring the different knowledge systems, including indigenous and local knowledge, into the science-policy interface; and

Whereas countries that have ratified the Convention on Biological Diversity are obliged to respect, preserve and maintain the knowledge of indigenous and local communities while promoting its wider application.

Therefore, a large group of stakeholders from 18 countries committed to participatory monitoring to manage biodiversity and natural resources, including representatives from indigenous and local communities, academia, organized civil society, practitioners from governmental and non-governmental organizations, and government decision makers, gathered in Manaus, Brazil, on 22-26 September 2014 to debate, discuss, and share experiences regarding opportunities, challenges, best practices, and lessons learned (Attachment 1). Everyone shared a common objective of improving the practice of participatory monitoring and accelerating its uptake by government, academic, and civil society stakeholders for use in diverse settings and contexts as appropriate.

As one of the outcomes of this meeting, the gathered stakeholders developed the following recommendations regarding best practices for participatory, community-based monitoring of biodiversity and natural resource use, understanding that their relevance to monitoring initiatives will vary according to the initiatives' objectives and particularities.

Design of monitoring initiatives

- 1 Initiatives should be constructed from the bottom up, incorporating local as well as academic visions and knowledge.
- 2 Roles, responsibilities and institutional arrangements should be carefully identified via a thorough dialogue with the communities prior to beginning the initiative, considering the communities' capacities, needs and interests.
- 3 Monitoring targets should prioritize resources that are of local subsistence or economic value or in other ways meaningful to local people.
- 4 The methods and instruments used for monitoring should be easy to use, suitable, and appropriate to local practices and culture.
- 5 The designers of a participatory monitoring initiative must evaluate the potential positive and negative impacts associated with its implementation before starting it, keeping in mind that the benefits may not compensate for the associated workload and governance issues and therefore implementation may not be desirable.
- 6 Whenever possible, new initiatives should build on existing local initiatives rather than replacing them.
- 7 Data gathered should contribute to decision making on resource use, territorial management, socio-environmental policies at different scales, or other objectives that are jointly agreed on.
- 8 The monitoring initiative's methods, governance structure, data produced, and use of information for management ought to be regularly reviewed in order to make any necessary adjustments.



Community participation in monitoring initiatives

- 9 Community members involved in monitoring should be selected by the communities themselves supported by their partner organizations considering their responsibility, capacity, commitment and experience.
- 10 The role of community actors in decision making for territorial management and resource use can be enhanced through the promotion of broad community participation in all aspects of monitoring initiatives and implementation of regular community meetings to disseminate, review and value the information produced.

Institutional arrangements and partnerships

- 11 The participation of diverse social actors is necessary for the success of participatory monitoring initiatives; partnerships and multi-institutional arrangements should be formalized before implementation of the initiatives
- 12 Monitoring initiatives must reconcile and balance the interests and motivations of local, regional and global actors involved in the initiative; mutual trust among these actors is essential for success. Relationships must be transparent, initiative construction and design must include realistic expectations from all partners, and initiative objectives must be clear and consider the interests of all actors.

Data quality and management

- 13 Data quality is fundamental if participatory monitoring of biodiversity is to achieve its objectives; it is therefore essential that data collection be standardized at the necessary scales (among monitors, among communities, and among initiatives if the scale of monitoring is regional or global).
- 14 Data quality can be ensured by several mechanisms, including continuous training of persons involved in data collection, data quality assessment by researchers and community members, effective community involvement in all aspects of monitoring, and collective understanding and social control by the community. Additionally, community leaders participating in the project should be responsible for verifying data integrity.
- 15 When feasible, recognized statistical analysis or data filtering systems should be used to prevent the accumulation of errors in monitoring databases and ensure objectivity and standardization in data quality.

- 16 Data from biodiversity monitoring should be stored in a systematic manner using best practices of data base management.
- 17 Participatory monitoring data should always be available to local communities
- 18 Use and application of monitoring data should respect the characteristics, limitations and restrictions inherent in the data.
- 19 Data interpretation and analysis that are relevant for local management should be carried out as quickly as possible, with the participation of local actors, in order to accelerate and facilitate data use in local decision-making.
- 20 When monitoring initiatives are designed for use at the regional or global scale, they should ensure the return of information and results to participating local communities. Communication mechanisms must be in place in these larger scale initiatives to guarantee community access to information and transference of knowledge, ensuring that information can and will be in fact returned.

Relationship between monitoring initiatives and public policy

- 21 Public policies on natural resources management, education, and territorial management should be improved by incorporating information derived from participatory monitoring.
- 22 There should be a feedback relationship between participatory monitoring initiatives and public policies: the initiatives should stimulate and promote the use of monitoring results in technical and political decision making, and decision makers should recognize and support processes of participatory natural resource monitoring.
- 23 Non-community decision-makers should respect and use the information generated by communities and the way in which communities use this information for local management.
- 24 Participatory monitoring approaches and information should be disseminated to other enterprises and sectors of society that are not organized into community-based governance systems, such as small and large landowners, the private sector, and agencies involved with environmental impact assessments, thus bringing the benefits of scale, transparency and social control to these other sectors that impact and/or depend on biodiversity and natural resource use.



- 25 Participatory monitoring should be promoted by and applied in programs and policies linked to environmental services.

Recognition of community involvement

- 26 The entities involved in participatory monitoring should recognize the contribution and intellectual property of the community in the publication of materials, for instance through co-authorship in technical-scientific works that are based on or include community efforts, when this is of interest to the community and appropriate for the publication, seeking when possible to shift current publication customs and practices of journals and publishing houses.
- 27 The issue of remuneration for participatory monitoring must be broadly discussed by all stakeholders; community agents involved in monitoring initiatives must be formally compensated – financially or not – in a fair and appropriate manner agreed to with the participating community.
- 28 National and international research institutions should recognize the current and potential value of information generated by well designed and implemented participatory monitoring and should more often establish and promote partnerships for participatory monitoring.
- 29 The funding agencies for conservation, research, technological innovation and education should promote and support participatory monitoring as a mechanism to enhance biodiversity conservation and community empowerment.

Institutional and community strengthening

- 30 Recognizing that participatory monitoring is one mechanism for community strengthening, participatory monitoring initiatives should promote the reduction of local social inequalities, in particular stimulating the involvement of women and youth and other marginalized groups when appropriate to the local culture and when prioritized by the communities.
- 31 In order to guarantee grassroots participation, participatory monitoring initiatives should stimulate and support the development and strengthening of community and social organization, ensuring social cohesion and effective participation in the initiatives.

- 32 Local community monitoring groups should be strengthened to enhance their role in discussions of information and decision making based on participatory monitoring results.

Capacity building

- 33 Capacity building for community involvement in participatory monitoring must be included in formal education programs. Such capacity building should address the needs of the diverse social actors that participate individually and collectively (including community organizations) in monitoring and management, emphasizing the relationship of monitoring to environmental and territorial management and to the development and social control of public policies.
- 34 Education processes should address improvements in critical thinking for all actors involved in participatory monitoring; such education is as important as technical training to ensure the quality of the information generated by participatory monitoring.
- 35 The social-environmental issues addressed by participatory monitoring initiatives should be included as crosscutting themes in local public schools.
- 36 When designing for support of monitoring activities, actions that respond to community concerns should be prioritized, foreseeing the need for continuous support will increase the sustainability of the initiatives in the medium and long term and enable adaptive management.
- 37 The financial support of participatory monitoring initiatives should consider financial arrangements and mechanisms of implementation appropriate to local realities of participatory monitoring activities

Systematization, dissemination and communication

- 38 Methodologies and materials for participatory monitoring, including species identification guides, information management systems and best practices in monitoring and management should be made broadly available.
- 39 All stages and results of monitoring initiatives should be disseminated among communities, in the press, in scientific meetings, and through social networks.



- 40 Local, traditional and indigenous knowledge used in and produced by biodiversity monitoring should be systematized and made publicly available, ensuring that there is consent among the knowledge holders.

Brasília, XX/XX/2015

**Editorial
Committee of
the the Manaus
Letter and the
Participatory
Monitoring and
Management
Partnership
PMMP**

Annex 1

The International Seminar on Participatory Monitoring for the Management of Biodiversity and Natural Resources, took place from the 22nd until the 26th of September 2014 in Manaus/Brazil and gathered more than 220 participants from Australia, Bolivia, Brazil, Colombia, Denmark, East Timor, Ecuador, England, Germany, Greenland, Guatemala, Indonesia, Madagascar, Mexico, Peru, Philippines, Sweden, the United States of America and Venezuela. Throughout the seminar, the participants shared and discussed their experiences, especially with regards to opportunities and challenges as well as best practices and lessons learnt – all with the common objective of improving participatory monitoring practices and accelerating the appropriation by governments, academia and civil society to apply these practices in an appropriate manner, considering different contexts and circumstances.

The seminar was organized by the Brazilian Ministry for the Environment (MMA), the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) with support from the Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, acting on behalf of the German Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety (BMUB), the “ARPA” Programme, the Project “Manguezais do Brasil”, the Gordon and Betty Moore Foundation, the Wildlife Conservation Society (WCS), the Institute for Ecological Research (IPE), the Secretariat for the Environment and Sustainable Development of the State of Amazonia (SDS-AM), the Avina Foundation, the Nordisk Fond for Miljø og Udvikling (NORDECO) and the Secretariat of the Convention for Biological Diversity (CDB).

Within the context of this seminar, the Participatory Monitoring and Management Partnership (PMMP) was established to promote the dialogue between all parties involved in monitoring and managing natural resources in order to fine-tune and improve their initiatives.



The participants of this seminar, who collaborated on developing this letter, are enlisted below:

Adriana Burbano- Adriana Leão- Adriana Rivera-Brusatin- Aguinaldo Batista Rodrigues- Agus Priambundi- Albertina Lima- Ana Luiza Figueiredo- Ana Rosa Saenz- Ana Tres Cruz- Anders Smidth- André Antunes- Andrei Cardozo- Angel Yaicate- Angelo de Oliveira Bezerra- Antonio Adevaldo Dias da Silva- Antonio Carlos da Silva- Antonio Francisco Batista- Aroldo Xavier- Beate Quilitzsch-Schuchmann- Benito Hesiquez- Bruce Rose- Camila Barra- Camila Helena da Silva- Camila Ortolan- Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza- Carlos Durigan* - Carolina Bertsch- Carolina Comandulli- Caterina Cosmopolis- Celia Favacho- Claudia Simone da Luz Alves- Claudio Casara- Cristina Tofoli- Damian Rumiz- Daniel Castro- Daniel Gomes de Sousa- Daniela Américo Oliveira- Deise Damião- Denis Domingues- Denise Fajardo- Domingos Santarem- Eberhard Goll- Eduardo Borba- Elisa Herkenhoff- Emiliano Ramalho- Erika Bettiol- Evanildo Sena- Ezequias Pereira dos Santos- Fabiana Prado- Fabiano Silva- Fabio França Silva Araujo- Fabio Roque- Felipe Rossoni- Felix Mirasol- Fernando Cesar Ferreira de Souza- Finn Danielsen*- Francilene Gomes Pinheiro- Francinalda Rocha- Francisco da Rocha Neto- Francisco de Assis da Silva Moreira- Francisco de Souza- Francisco Leandro Santos- Francisco von Hildebrand- George Henrique Rebêlo- Gilberto Olavo da Costa Oliveira- Gilmar Nicolau Klein- Gina Dourado Rocha Leite- Gloria del Carmen Rojas Rios- Guillermo Estupinan*- Hannah Kuegler- Héctor Cabrera- Heinrich Terhorst- Helcio- Hendi Sumantri- Henrique Santiago- Herizo Andrianandrasana- Hernán Montero- Humberto Berlanga- Humberto Gomez- Ilnaiara Sousa- Ima Yudin Rajaningtygas- Ingrid Prem- Isaac Goldstein- Ismet Kharuddin- Israel Correa do Vale Junior- Ivanildo dos Santos- Jackeline Nobrega- Jacson Magalhães Valente- Jaime Gomes Nery Junior- Jan Kleine Buening*- Jeff Richey- Joanísio Mesquita- João Arnaldo Novaes- João Carlos- João Valsecchi- Jon Kaye- Jorge Ugaz- Jose Augusto Ferreira da Conceição- José Carlos Tavares Silva- José de Lima Kaxinawá- Jose Fragoso- Jose Frank Silva- Jose Luis Quispe- Jose Manoel Canto- Jose Roberto Medeiros- José Soares- Josenilde Ferreira Fonseca- Juliana de Fatima Soares de Araujo- Kamilla Amaral- Karin v. Loebenstein- Katia Barros- Katia Geraldo dos Santos- Katia Torres Ribeiro*- Kirsten Silvius*- Klaus Henle- Lais Fernandes- Leila de Sena Blos- Leonardo Kurihara- Luis Arevalo- Luis Felipe Duarte- Luis Piva- Luiz Gomes de Araujo- Luiza Magalli Pinto- Manoel Cunha- Mapidmoré Suruí- Marcelo Ferreira Costa- Marcelo Marcelino- Marcelo Moreira- Marcelo Raseira- Marcelo Rodrigues Kinouchi- Marciano Rodrigues- Marcio Rodrigues- Marcio Barragana- Marcio Uehara Prado- Marco Antonio- Maria do Carmo Gomes Pereira- Maria Francisca de Aquino do Carmo- Maria Paula Quiceno- Maria Reginalva- Maria Valeria Vasquez Sinti- Mariana Varese- Marina Campos- Marina Vieira- Marly Lucia de Souza- Maryann Fidel- Maximiliano Rodrigues- Michael Goulding- Michael Poulsen*- Miriam Factos- Nicolás Cartagena- Nilson Cardoso da Silva- Odanilson da Silva Nunes- Oscar Furtado- Oscar Loayza- Patricia Pinha- Patricia Pinho- Paul Van Damme- Paula Pinheiro- Paulina Arroyo*- Paulo Andrade- Paulo



Henrique Bonavigo- Paulo Manoel dos Santos- Paulo Oliveira- Paviarak Jakobsen- Pedro de Araujo Lima Constantino*- Pedro Pizzigatti Correa- Poliana Lemos- Rachel Klaczko Acosta- Rafael Balestra- Rafael Fonseca- Raimundo Dima Lima- Ricardo Britez- Robert Miller- Rodney Kennett- Rodrigo Leal Moraes- Rodrigo Medeiros- Rodrigo Tawada- Rogerio Eliseu Egewarth- Ronaldo Pereira Costa- Ronilson Vasconcelos Barbosa- Roselis de Souza Mazurek- Rosi Batista da Silva- Roxana Salas Peredo- Rubi Castro dos Santos- Rubia Goreth Almeida Maduro- Sannie Brum- Sergio Borges- Sergio Ruiz- Sheyla da Silva Leão- Silmara Erthal- Sinea do Vale- Sinomar Junior- Soren Hvalkof*- Tathiana Chaves de Souza- Tatiana Cardoso- Thalma Grisi- Thiago Barros- Thiago Valente Vieira de Almeida- Tiago Juruá Damo Ranzi- Torsten Krause- Tri Meinartin- Trio Santoso- Uanderson Jacinto Camargo- Valeria Vasquez Sinto- Vasco Roosmalen- Vitoria Isaac- Waldemar Londres Vergara Filho- Walmir Mario Alves Lima Jr.- Wendy Townsend- Whaldener Endo- Wiliam Lucitante- Willian Magnuson- Zulfikhar.

*Participants of the Editorial Committee of this letter



Carta de Manaus: Recomendaciones para el Monitoreo Participativo de la Biodiversidad

Preámbulo

Considerando que, en todas partes del mundo, pueblos tradicionales, pueblos indígenas y otras poblaciones locales que dependen directamente sobre recursos naturales para su subsistencia y economía, realizan un monitoreo sobre la biodiversidad y los recursos naturales en sus territorios, sea de forma independiente o sea en colaboración con el gobierno, con científicos y con la sociedad civil organizada (monitoreo participativo); y

Considerando que muchas áreas protegidas en el mundo son habitadas o son usadas tradicionalmente por pueblos indígenas y locales y a menudo tienen objetivos relacionados con garantizar los medios de vida y la sustentación de estas poblaciones; y

Considerando que los impactos causados por el crecimiento de la población y el cambio climático, lo hace cada vez es más urgente realizar el monitoreo y el manejo de los recursos en estas áreas; y

Considerando que existe una variación amplia de objetivos, arreglos, escalas y metas entre las iniciativas de monitoreo participativo, que influyen sobre los métodos y estructura de gobernanza empleada; y

Considerando que está comprobado que el monitoreo participativo puede proporcionar datos precisos a escalas locales y regionales, sea con métodos científicos o con métodos de conocimiento tradicional; y

Considerando que estas informaciones están siendo usadas como base para tomar decisiones efectivas para el manejo de recursos naturales, implementadas tanto por poblaciones locales y sus organizaciones representativas, o por las ONG y/o agencias gubernamentales con quienes las comunidades trabajan; y

Considerando que se sabe que la participación local en el monitoreo resulta en decisiones efectivas sobre el manejo sostenible de los recursos naturales en comparación con los datos obtenidos exclusivamente en un contexto académico; y



Considerando que las tecnologías de sensores remotos y sistemas de información geográfica si bien son esenciales para monitorear cambios en el uso de la tierra, no son capaces de detectar y monitorear el estado de la biodiversidad, el comportamiento humano y las decisiones y prácticas sobre el uso de los recursos; y

Considerando que la seguridad y soberanía alimenticia son de suma importancia para garantizar el bien-estar de las poblaciones rurales, tradicionales e indígenas; y

Considerando que las poblaciones indígenas y tradicionales están en su derecho de manejar los recursos de los cuales dependen sus modos de vida y su cultura, para generaciones actuales y futuras; y

Considerando que las limitaciones financieras para los temas ambientales con frecuencia impiden a las agencias gubernamentales de contratar y alocar adecuadamente recursos humanos en regiones remotas para el monitoreo y el manejo de los bosques y otros ecosistemas tanto dentro como fuera de las áreas protegidas; y

Considerando que los gobiernos locales y nacionales de numerosos países en todos los continentes llevan mucho tiempo fomentando el monitoreo participativo en las áreas protegidas, y muchos otros están actualmente considerando elevar la escala en la cual se realiza el monitoreo participativo; y

Considerando que en áreas remotas del planeta las únicas personas que pueden contribuir con el conocimiento transformador y amplio en términos espaciales y temporales son los indígenas, las poblaciones tradicionales y otras poblaciones locales que viven y trabajan en estas áreas y conocen íntimamente su historia natural; y

Considerando que el monitoreo de la biodiversidad y de los recursos naturales debe necesariamente ser un proceso participativo involucrando a todos los sectores de la sociedad, con el fin de garantizar los derechos del uso de los recursos, la acumulación continuo del conocimiento y transparencia en las decisiones relacionadas a la conservación y el desarrollo;

Considerando que una de las funciones de la Plataforma Inter-gubernamental para Biodiversidad y Servicios Ecosistémicos es de incorporar los diferentes sistemas de conocimiento, incluyendo indígenas y conocimiento local, dentro del espacio entre la ciencia y las políticas públicas.

Considerando que los países que han ratificado la Convención sobre Diversidad Biológica tienen la obligación de respetar, preservar y mantener el conocimiento de las comunidades indígenas y locales para promover una aplicación más amplia.

Por lo tanto, se realizó una reunión con un amplio y diverso grupo de actores de 18 países cuyo interés común es el monitoreo participativo para manejar la biodiversidad y los recursos naturales en Manaos, durante el 22 al 26 de Setiembre de 2014, con representantes de comunidades tradicionales, locales e indígenas, investigadores, sociedad civil organizada, organizaciones que implementan programas de monitoreo y tomadores de decisión de gobiernos, para debatir, conversar y compartir experiencias sobre las oportunidades, los desafíos, las mejores prácticas y las lecciones aprendidas (ANEXO 1). Todos compartieron un mismo objetivo de mejorar la práctica de monitoreo participativo y acelerar su apropiación por los gobiernos, investigadores académicos y sociedad civil para ser empleado en diferentes momentos y contextos conforme sea apropiado.

Como uno de los resultados de la reunión, los participantes elaboraron las siguientes recomendaciones sobre las mejores prácticas en monitoreo participativo con base comunitaria de la biodiversidad y los recursos naturales, sabiendo que su relevancia a iniciativas de monitoreo pueden variar según los objetivos y particularidades de las mismas.

Diseño de iniciativas de monitoreo

- 1 Las iniciativas deben ser construidos desde las bases hacia arriba, incorporando visiones y conocimiento académicos y local;
- 2 En este sentido, los roles, responsabilidades y arreglos institucionales deben ser cuidadosamente identificados por medio de un dialogo con las comunidades antes de iniciar la iniciativa, considerando las capacidades, necesidades e intereses de las comunidades;
- 3 Los objetivos de monitoreo deben priorizar los recursos que están vinculados a los medios de vida locales o de valor económico u otras maneras que sean relevantes para las poblaciones locales;
- 4 Los métodos y herramientas de monitoreo deben ser simples de usar, adecuados y apropiados para las prácticas y cultura local;
- 5 Los proponentes de iniciativas de monitoreo participativo deben evaluar los potenciales factores positivos y negativos asociados a su implementación, antes de iniciar las iniciativas, tomando en cuenta que los beneficios podrían ser una carga adicionales que no compensa la carga de trabajo y problemas de gobernanza, por lo que su implementación no sería viable.



- 6 En lo posible, nuevas iniciativas deben ser diseñadas tomando en cuenta iniciativas existentes, en vez de reemplazarlas, concentrándose en las lecciones aprendidas y buenas prácticas de experiencias pasadas;
- 7 Datos obtenidos a través de iniciativas de monitoreo participativo deben contribuir a la toma de decisiones sobre el manejo de los recursos naturales, la gestión de los territorios, políticas socio-ambientales a varias escalas u otros objetivos que son acordadas conjuntamente.
- 8 Las iniciativas deben revisar periódicamente los métodos empleados, la estructura de gobernanza, la calidad de los datos, el uso de la información para el manejo para realizar ajustes necesarios.

Participación comunitaria en las iniciativas de monitoreo

- 9 Miembros de las comunidades involucrados en el monitoreo participativo deben ser seleccionados por las mismas comunidades con soporte de las organizaciones colaboradoras considerando su nivel de responsabilidad, capacidad, compromiso y experiencia.
- 10 El rol de los actores comunitarios en la toma de decisión sobre la gestión territorial y el uso de los recursos puede ser mejorado a través de la promoción amplia de la participación comunitaria en todos los aspectos de las iniciativas de monitoreo y la implementación de reuniones comunitarias regulares para difundir, revisar y valorar la información producida.

Arreglos institucionales (colaboraciones/ asociaciones/ alianzas)

- 11 La participación de diversos actores sociales es necesario para el éxito de las iniciativas de monitoreo participativo; alianzas y arreglos institucionales deben buscar la articulación y colaboración de varios grupos de interés y ser formalizados antes de la implementación de la iniciativa.
- 12 El establecimiento de relaciones de confianza mutua entre los diversos actores sociales involucrados con las comunidades es fundamental para el éxito de la iniciativa. Iniciativas de monitoreo deben conciliar y equilibrar los intereses y motivaciones locales, regionales y globales de los actores involucrados. Las relaciones deben ser transparentes. La construcción y el diseño de las iniciativas de monitoreo deben incluir expectativas reales



de parte de todas las partes involucradas, y debe tener objetivos claros, que tomen en cuenta los intereses de todos los actores.

Calidad de los datos y gestión de la información

- 13 La calidad de los datos es fundamental para que el monitoreo participativo alcance sus objetivos. Entonces, es esencial que la colección de datos sea estandarizado a las escalas necesarias (entre individuos, entre comunidades y entre iniciativas si el esfuerzo es regional o global);
- 14 La calidad de los datos se puede garantizar a través de varios mecanismos, incluyendo la capacitación continua de personas involucradas en la colección de datos, diagnóstico de la calidad de datos por investigadores y miembros de la comunidad, involucramiento efectivo de la comunidad en todos los aspectos del monitoreo, y la comprensión colectiva y control social por parte de la comunidad.
- 15 Cuando sea posible, se deben utilizar sistemas reconocidos de análisis estadísticos, corrección y limpieza de datos para evitar acumulación de errores en las bases de datos y asegurar objetividad y estándares en la calidad de los datos.
- 16 Los datos del monitoreo de la biodiversidad deben ser almacenados de forma sistemática usando buenas prácticas de gestión de banco de datos.
- 17 Los datos del monitoreo participativo deben estar siempre disponibles para las comunidades locales.
- 18 Datos e información de monitoreo deben ser utilizados respetando sus características, limitaciones y restricciones.
- 19 Interpretación y análisis de datos que son relevantes para la gestión local deben ser realizados rápidamente, incorporando en el proceso actores locales, para acelerar el uso de la información en la toma de decisión local.
- 20 Cuando iniciativas de monitoreo están enfocadas a escala regional o global, se debe asegurar el retorno de la información y los resultados para las comunidades que participaron. En este caso, herramientas de comunicación deben estar puestas en marcha para asegurar el acceso a la información y transferencia de conocimiento, garantizando el retorno de la información.

Vínculo entre iniciativas de monitoreo y políticas públicas

- 21 Las políticas públicas dirigidas a mejorar el manejo de los recursos naturales, la educación y la gestión territorial deben ser mejoradas a partir de la información resultante de las iniciativas de monitoreo participativo.
- 22 Debe existir una retroalimentación entre iniciativas de monitoreo participativo y políticas públicas: las iniciativas deben estimular y promover el uso de la información en la toma de decisión técnica y política, y tomadores de decisiones deben reconocer y apoyar los procesos de monitoreo participativo de recursos naturales.
- 23 Los tomadores de decisiones que no están vinculados a la comunidad deben respetar y usar la información generada por las comunidades y la manera en que las comunidades usan esta información para el manejo local.
- 24 Los enfoques y la información sobre monitoreo participativo deben ser difundidos hacia otros esfuerzos y segmentos de la sociedad que no están organizados en un sistema de gobernanza comunitario, como por ejemplo, los pequeños y grandes propietarios, el sector privado y agencias involucrados con diagnósticos de impacto ambiental, por ende aportando beneficios de escala, transparencia y control social a estos sectores que impactan o dependen de la biodiversidad y uso de los recursos naturales.
- 25 El monitoreo participativo debe ser promovido y aplicado en programas y políticas vinculados a servicios ambientales.

Reconocimiento de la participación comunitaria

- 26 Las entidades involucradas en el monitoreo participativo deben reconocer la contribución y la propiedad intelectual de la comunidades en la publicación de material, como por ejemplo a través de co-autorías en obras técnica-científicas que están basadas en o incluyen esfuerzos comunitarios, cuando esto es de interés de la comunidad y apropiado para la publicación. Se debería intentar en lo posible cambiar las costumbres y prácticas actuales de la publicación de revistas científicas y empresas de publicidad.
- 27 El tema de remuneración por monitoreo participativo debe ser ampliamente discutido entre todos los actores involucrados; miembros de la comunidad involucrados en las iniciativas de monitoreo deben ser formalmente compensados (sea de forma monetaria o no monetaria) de una manera apropiada y justa que sea acordada por la comunidad participativa.

- 28 Instituciones nacionales e internacionales deben reconocer el valor actual y potencial de la información generada por un programa bien diseñado y ejecutado de monitoreo participativo y debe establecer y promover alianzas para el monitoreo participativo.
- 29 Los organismos de financiación para la conservación, la investigación, la innovación tecnológica y la educación deben promover el apoyo al monitoreo participativo como un mecanismo para mejorar la conservación de la biodiversidad y el empoderamiento de las comunidades.

Fortalecimiento institucional y comunitario

- 30 Reconociendo que el monitoreo participativo es un medio para el fortalecimiento comunitario, las iniciativas de monitoreo participativo deben promover la reducción de las desigualdades sociales locales, estimulando particularmente la participación de mujeres y jóvenes cuando sea apropiado a la cultura y sociedad local y cuando sea priorizado por las comunidades.
- 31 Para asegurar una participación desde las bases, las iniciativas de monitoreo participativo deben incentivar y apoyar el desarrollo y fortalecimiento de la organización comunitaria y base social, cuando posible o apropiado, asegurando cohesión social y participación efectiva en las iniciativas.
- 32 Se debe fortalecer los grupos locales comunitarios de monitoreo para fortalecer su rol en las discusiones sobre la información y toma de decisión asociadas a los resultados del monitoreo.

Capacitación

- 33 Fortalecer la capacidad de la participación comunitaria en el monitoreo debe ser incluido en programas de educación formal. Este tipo de fortalecimiento de capacidades debe dirigirse a las necesidades de los diversos actores sociales que participan individualmente o colectivamente (incluyendo la organización comunitaria), enfatizando la relación entre el monitoreo y la gestión ambiental y territorial y con el desarrollo y control social de políticas públicas.
- 34 Para fortalecer la práctica del monitoreo participativo es importante y necesario implementar procesos de formación que mejoren el pensamiento crítico de todos los actores



involucrados; este tipo de educación es tan importante como capacitación técnica para asegurar la calidad de la información generadas por el monitoreo participativo.

- 35 Los temas socioambientales desarrollados dentro de las iniciativas de monitoreo participativo deben ser incluidos como temas transversales en las escuelas públicas locales.
- 36 Al diseñar apoyo para las actividades de monitoreo, se debe priorizar acciones que respondan a las demandas comunitarias, tomando en cuenta la necesidad de un apoyo continuo para garantizar la sostenibilidad de las iniciativas a mediano y largo plazo y facilitar el manejo adaptativo.
- 37 El apoyo financiero para iniciativas de monitoreo participativo deben considerar los arreglos financieros y mecanismos de apoyo y ejecución apropiados para las realidades locales de las actividades de monitoreo participativo.

Sistematización, difusión y comunicación

- 38 Las metodologías y los materiales para el monitoreo participativo deben ser ampliamente disponibles, incluyendo guías para la identificación de especies, sistemas de manejo de información y mejores prácticas en el monitoreo y la gestión.
- 39 Todas las etapas y los resultados de las iniciativas de monitoreo deben ser divulgados entre las comunidades, en la prensa, en encuentros científicos y en redes sociales.
- 40 Conocimiento local, tradicional e indígena que ha sido empleado en el monitoreo de biodiversidad debe ser sistematizado y disponible públicamente, asegurando el consentimiento previo de los que resguardan el conocimiento.

Brasília, XX/XX/2015



El Seminario Internacional de Monitoreo Participativo para el Manejo de la Biodiversidad y los Recursos Naturales reunió a más de 220 participantes de Alemania, Australia, Bolivia, Brasil, Colombia, Dinamarca, Ecuador, Estados Unidos, Filipinas, Groenlandia, Guatemala, Indonesia, Inglaterra, Madagascar, México, Perú, Suecia, Timor Leste, Venezuela en la ciudad de Manaus en Brasil del 22 al 26 de Septiembre de 2014. Durante el evento discutimos y compartimos experiencias en busca de oportunidades, desafíos, mejores prácticas y lecciones aprendidas. Todos con el objetivo común de mejorar las practicas e iniciativas del monitoreo participativo y acelerar su apropiación por los gobiernos, la comunidad científica y la sociedad civil para su uso en diferentes momentos y contextos conforme apropiado.

El encuentro fue organizado por el Ministerio de Medio Ambiente de Brasil (MMA), el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBio), con el apoyo de la Agencia Alemana de implementación de la cooperación por encargo del Ministerio Federal de Medio Ambiente, Conservación de la Naturaleza, Construcción y Seguridad Nuclear (BMUB), Programa ARPA, Projeto Manguezais de Brasil, the Gordon and Betty Moore Foundation, Wildlife Conservation Society (WCS), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Secretaria de Estado de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de Amazonas (SDS-AM), Fundación Avina e Nordisk Fond for Miljø og Udvikling (NORDECO), con el apoyo del Secretariado de la Convención de la Diversidad Biológica (CDB).

En este contexto, se formó la Red Internacional de Monitoreo y Manejo Participativo (PMMP, sigla en inglés), que pretende promover el diálogo entre las comunidades involucradas en el monitoreo y manejo de los recursos naturales para mejorar las iniciativas.

Los participantes del Seminario indicados a continuación colaboraron en la elaboración de esta Carta:

Adriana Burbano- Adriana Leão- Adriana Rivera-Brusatin- Aguinaldo Batista Rodrigues- Agus Priambundi- Albertina Lima- Ana Luiza Figueiredo- Ana Rosa Saenz- Ana Tres Cruz- Anders Smidth- André Antunes- Andrei Cardozo- Angel Yaicate- Angelo de Oliveira Bezerra- Antonio Adevaldo Dias da Silva- Antonio Carlos da Silva- Antonio Francisco Batista- Aroldo Xavier- Beate Quilitzsch-Schuchmann- Benito Hesiquez- Bruce Rose- Camila Barra- Camila Helena da Silva- Camila Ortolan- Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza- Carlos Durigan - Carolina Bertsch- Carolina Comandulli- Caterina Cosmopolis- Celia Favacho- Claudia Simone da Luz Alves- Claudio Casara- Cristina Tofoli- Damian Rumiz- Daniel Castro- Daniel Gomes de Sousa- Daniela Américo Oliveira- Deise Damião- Denis Domingues- Denise Fajardo- Domingos Santarem- Eberhard Goll- Eduardo Borba- Elisa Herkenhoff- Emiliano Ramalho- Erika Bettiol-*

Evanildo Sena- Ezequias Pereira dos Santos- Fabiana Prado- Fabiano Silva- Fabio França Silva Araujo- Fabio Roque- Felipe Rossoni- Felix Mirasol- Fernando Cesar Ferreira de Souza- Finn Danielsen*- Francilene Gomes Pinheiro- Francinalda Rocha- Francisco da Rocha Neto- Francisco de Assis da Silva Moreira- Francisco de Souza- Francisco Leandro Santos- Francisco von Hildebrand- George Henrique Rebêlo- Gilberto Olavo da Costa Oliveira- Gilmar Nicolau Klein- Gina Dourado Rocha Leite- Gloria del Carmen Rojas Ríos- Guillermo Estupinan*- Hannah Kuegler- Héctor Cabrera- Heinrich Terhorst- Helcio- Hendi Sumantri- Henrique Santiago- Herizo Andrianandrasana- Hernán Montero- Humberto Berlanga- Humberto Gomez- Ilnaiara Sousa- Ima Yudin Rajaningtygas- Ingrid Prem- Isaac Goldstein- Ismet Kharuddin- Israel Correa do Vale Junior- Ivanildo dos Santos- Jackeline Nobrega- Jacson Magalhães Valente- Jaime Gomes Nery Junior- Jan Kleine Buening*- Jeff Richey- Joanísio Mesquita- João Arnaldo Novaes- João Carlos- João Valsecchi- Jon Kaye- Jorge Ugaz- Jose Augusto Ferreira da Conceição- José Carlos Tavares Silva- José de Lima Kaxinawá- Jose Fragoso- Jose Frank Silva- Jose Luis Quispe- Jose Manoel Canto- Jose Roberto Medeiros- José Soares- Josenilde Ferreira Fonseca- Juliana de Fatima Soares de Araujo- Kamilla Amaral- Karin v. Loebenstein- Katia Barros- Katia Geraldo dos Santos- Katia Torres Ribeiro*- Kirsten Silvius*- Klaus Henle- Lais Fernandes- Leila de Sena Blos- Leonardo Kurihara- Luis Arevalo- Luis Felipe Duarte- Luis Piva- Luiz Gomes de Araujo- Luiza Magalli Pinto- Manoel Cunha- Mapidmoré Suruí- Marcelo Ferreira Costa- Marcelo Marcelino- Marcelo Moreira- Marcelo Raseira- Marcelo Rodrigues Kinouchi- Marciano Rodrigues- Marcio Rodrigues- Marcio Barragana- Marcio Uehara Prado- Marco Antonio- Maria do Carmo Gomes Pereira- Maria Francisca de Aquino do Carmo- Maria Paula Quiceno- Maria Reginalva- Maria Valeria Vasquez Sinti- Mariana Varese- Marina Campos- Marina Vieira- Marly Lucia de Souza- Maryann Fidel- Maximiliano Rodrigues- Michael Goulding- Michael Poulsen*- Miriam Factos- Nicolás Cartagena- Nilson Cardoso da Silva- Odanilson da Silva Nunes- Oscar Furtado- Oscar Loayza- Patricia Pinha- Patricia Pinho- Paul Van Damme- Paula Pinheiro- Paulina Arroyo*- Paulo Andrade- Paulo Henrique Bonavigo- Paulo Manoel dos Santos- Paulo Oliveira- Paviarak Jakobsen- Pedro de Araujo Lima Constantino*- Pedro Pizzigatti Correa- Poliana Lemos- Rachel Klaczko Acosta- Rafael Balestra- Rafael Fonseca- Raimundo Dima Lima- Ricardo Britez- Robert Miller- Rodney Kennett- Rodrigo Leal Moraes- Rodrigo Medeiros- Rodrigo Tawada- Rogerio Eliseu Egewarth- Ronaldo Pereira Costa- Ronilson Vasconcelos Barbosa- Roselis de Souza Mazurek- Rosi Batista da Silva- Roxana Salas Peredo- Rubi Castro dos Santos- Rubia Goreth Almeida Maduro- Sannie Brum- Sergio Borges- Sergio Ruiz- Sheyla da Silva Leão- Silmara Erthal- Sinea do Vale- Sinomar Junior- Soren Hvalkof*- Tathiana Chaves de Souza- Tatiana Cardoso- Thalma Grisi- Thiago Barros- Thiago Valente Vieira de Almeida- Tiago Juruá Damo Ranzi- Torsten Krause- Tri Meinartin- Trio Santoso- Uanderson Jacinto Camargo- Valeria Vasquez Sinto- Vasco Roosmalen- Vitoria Isaac- Waldemar Londres Vergara Filho- Walmir Mario Alves Lima Jr.- Wendy Townsend- Whaldener Endo- Wiliam Lucitante- Willian Magnuson- Zulfikhar.

*Integrantes del Comité de Edición de la Carta de Manaos